

02 E 03 DE OUTUBRO

GREVE NACIONAL DA EDUCAÇÃO

PUC-SP decidiu em assembleia paralisar suas atividades e participar das mobilizações

Mais uma vez as instituições de ensino brasileiras se colocam contra o arbítrio e o autoritarismo de um governo que, eleito de forma escusa, se posiciona contra a maioria da população brasileira, se posicionando invariavelmente ao lado do grande capital.

Dias 2 e 3/10 estudantes, professores e funcionários do setor de educação vão para as ruas em todo país para protestar contra a suspensão de mais de 8 mil bolsas da Capes e do CNPq desde o início do ano, a redução das bolsas de pesquisadores de institutos ligados ao Ministério da Economia, o corte de 30% no orçamento das universidades federais.

Mas fundamentalmente a educação protesta hoje contra um governo discricionário que quer liquidar com todos os direitos dos trabalhadores brasileiros. Destruir, como fizeram os fascistas na década de 30 do século XX, com a cultura nacional, implantando padrões de atraso cultural que vão desde a dis-

continua na próxima página

Aula Pública prepara população para Greve Geral dos dias 2 e 3/10



STIEFANE MALTOS

Professor Antonio Carlos Mazzeo faz sua manifestação na Estação Barra Funda

Na quarta-feira, 25/9, no terminal Barra Funda, em São Paulo, aconteceu uma aula pública ministrada por alunos pós-graduandos, graduandos e o professor Antonio Carlos Mazzeo, do pós em Serviço Social diretor da APROPUC.

A aula também contou com representantes de graduandos da Uninove e de representantes da UNE. As falas encaminham-se para a crítica de como o governo de Jair Bolsonaro

foi construído e suas inúmeras atrocidades cometidas que prejudicaram os trabalhadores e estudantes.

O ponto principal debatido foi o sucateamento da educação, que só no primeiro semestre teve 25% do seu orçamento bloqueado e bolsas de pesquisas congeladas, o que causou danos à ciência brasileira e ao ensino superior.

Em setembro de 2019, foi anunciado o corte de 5.613 de bolsas Capes e as

80 mil bolsas do CNPq correm o risco de serem suspensas nos próximos meses.

Os palestrantes lembraram que no ano de 2018 mais de 200 mil estudantes foram beneficiados por bolsas do Prouni que podem ser o próximo alvo do desgoverno Bolsonaro. Por tudo isso os professores e funcionários conclamaram a população a aderir à greve geral de 2 e 3 de outubro

continuação da página anterior

criminação de gênero ao policiamento de docentes em sala de aula; atacando teorias educacionais progressistas para flertar com retrocessos como as teorias sobre a terra plana.

É por tudo isso que os movimentos sociais estão na rua. Assim, no dia 2/10 a paralisação nacional

se viabilizará com uma grande marcha a Brasília. A APG-PUC-SP disponibilizou um ônibus para a grande Marcha. Já no dia 3/10 a mobilização deverá se viabilizar através de atos de rua por todo o país.

A PUC-SP, que já havia decidido na assembleia de 19/10 paralisar as suas atividades, realizou, no dia 25/9 uma aula

pública, com professores e estudantes manifestando-se sobre o atual estado da educação brasileira (veja matéria na capa desta edição).

A APROPUC e a AFAPUC também encaminharam à Fundasp ofício solicitando que não sejam penalizados os professores, estudantes e funcionários que aderirem ao movimento. As APGs de todo o país também di-

vulgaram nota reforçando a importância do ato, enquanto os CAs da PUC-SP divulgaram nota em apoio à paralisação.

Por tudo isso é de fundamental importância que a PUC-SP paralise as suas atividades e junte-se às mobilizações de rua que protestam hoje contra o desmonte da educação e da sociedade brasileira.

APROPUC e AFAPUC reúnem-se com secretário-executivo da Fundasp

Na segunda-feira, 23/9, diretores da APROPUC e da AFAPUC reuniram-se com o padre Rodolpho Pezzolo, secretário executivo da Fundasp, para tratar de diversos problemas que enfrentamos na PUC-SP.

Em primeiro lugar professores e funcionários manifestaram preocupação com a situação dos pós-graduandos, e da PUC-SP de uma maneira geral, com os cortes anunciados pelo governo federal. Padre Rodolpho afirmou que a nota emitida pela reitoria reflete a posição da Fundasp e que a mantenedora está estudando a adoção da chamada bolsa mérito, para cobrir os valores das bolsas Capes e CNPq. Quanto ao fim da filantropia encaminhada pela PEC paralela da previdência, hoje em estudo por seu relator, senador Tasso Jereissati, o secretário executivo afirmou que sem dúvida isso teria efeitos desastrosos para todas as escolas e universidades

filantrópicas, mas que acredita que haverá reação da sociedade civil para impedir a aprovação.

A APROPUC também questionou a Fundação sobre o pagamento de horas de substituição docente como Fator Trabalho Docente. Pela instrução normativa que seguiu a deliberação 01/2019 do Consad e que não foi divulgada, o professor que estiver no lugar de outro colega receberá o equivalente ao número de créditos a serem substituídos em forma de FTD (Fator de Trabalho Docente), que tem um valor menor que os créditos de tempo parcial pois não é incorporado ao contrato de trabalho. Padre Rodolpho informou que a iniciativa partiu da reitora que enviou o texto ao Consad.

Quanto à ausência de um ambulatório na PUC-SP, padre Rodolpho lembrou que a lei não exige tal equipamento, mas que a PUC-SP está estudando a

adoção de um sistema de "ambulância satélite" que poderá realizar atendimentos emergenciais. O secretário executivo informou também que uma médica do trabalho está em vias de contratação. As associações lembraram também casos recentes de professores e funcionários que sofreram males súbitos na Universidade, e o quanto estamos despreparados para agir nessas emergências, sem saber a quem recorrer, para quem ligar em situações emergenciais em que, muitas vezes, segundos contam para salvar a vida de uma pessoa.

No que diz respeito a relatos de que teria havido discriminação nos elevadores com funcionários terceirizados, o gestor se mostrou sensível e disse que providenciará placas que serão afixadas imediatamente nos elevadores lembrando a todos de que é proibido qualquer discriminação no uso daquele equipamento.

Indagado pela AFAPUC sobre a reposição de final de ano, visto que existem dois calendários em vigor na universidade, padre Rodolpho informou que resolveu unificar os dois calendários da Fundasp, devendo todos os funcionários da PUC-SP compensarem três dias equivalentes ao recesso de fim de ano.

O secretário-executivo aproveitou para lembrar a importância do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica, que ocorre entre 6 e 27/10. Depois do evento, o Cardeal D. Claudio Hummes, presidente da Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam), deverá participar de um evento na PUC-SP. Padre Rodolpho aproveitou o encontro com as associações para expressar a necessidade de um posicionamento da universidade diante da situação política nacional, principalmente no que tange à educação, por meio da organização de atos próprios.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Sthefane Mattos

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Jason Tadeu Borba, Victoria C. Weischtordt, Nalcir Antonio Ferreira Jr. e Maria Helena Gonçalves Soares Borges

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – Correo Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br – PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

EDITORIAL

CORATICUM

Em tempos sombrios precisamos de coragem como virtude para agir com o fim de enfrentar o medo, a dor, o perigo, a incerteza ou a intimidação. A coragem é uma virtude cardinal que expressa a força da alma que vem do coração com bravura e firmeza, como medida de confiança capaz de criar discernimentos para enfrentar circunstâncias difíceis da vida.

Neste momento político em que o obscurantismo e o torpor envenenam a sociedade, engrossando o caldo da desesperança e impondo a lógica da sobrevivência, surge a política de ódio com o fingir, o disfarçar e o mentir. Essa tríade de ações torna inaudíveis as vozes dos excluídos, em algo inaudível, negando o princípio dialógico da escuta. Como já nos alerta Rubens Alves ao dizer que: "É na escuta que o amor começa. E é na não escuta que ele termina".

Esse torpor político decorre do obscurantismo e do estado de cegueira crônica com que José Saramago já nos previnha em seu 'Ensaio Sobre a Cegueira', ao expor de forma brutal e violenta a longa tortura sobre o indivíduo que destrói sua rotina e se desespera diante da "cegueira", que se alastra a ponto de atingir a extensão de epidemia social. Resta aos cegos viverem, portanto, com seus impulsos instintivos próprios da lógica da barbárie. Saramago evidencia o dilema teológico "se os céus não veem, que ninguém veja". A barbárie provoca pulsões irascíveis capazes de justificar a gramática da violência como mecanismo para garantir os contratos sociais. Transforma-se, assim, na própria banalidade do mal, pois em um mundo cego, as pulsões são rebaixadas aos devaneios bárbaros, que precisam ser enfrentados com engajamento ético e político, visto que o pior cego é aquele que não quer enxergar. Saramago já nos avisava: "penso que

não cegamos, penso que estamos cegos, cegos que veem, cegos que, vendo, não veem".

Neste momento político que a arte de fingir, mentir e disfarçar se tornou a máxima desse (des)governo, acalentado pelo silêncio da mídia, louvado por um discurso teológico messiânico, além de acobertado pelos setores do agronegócio, capturado pelo capital financeiro, conchavado com milicianos e uma maioria silenciosa surda e cega. Todos esses vibram com a pintura do quadro de destruição. Tal arquitetura da destruição solapa sonhos de uma geração e de um país, que aspiraram nos últimos anos um parco avanço nos índices educacionais. Essa política de destruição e desmonte cria um retrocesso político e o retorno do fantasma da fome, ignorância e morte. Os erros políticos destroem um horizonte cultural-educacional e um modelo de país que ceifam drasticamente vidas e sonhos de milhões, com desemprego, tortura, violência, desesperança.

Não podemos mais silenciar diante de tanta barbárie. Chegou o momento do ato de coragem de superar esse impasse ético e político. Não é momento de vacilar diante da ultra-direita de caráter fascista, misógina, homofóbica, racista.

É necessário romper com a servidão voluntária, para superar sua sedução e conforto espiritual ao aceitar o jogo de poder, por meio do silêncio e da persistente mania de ficar em cima do muro. É necessário denunciar esse prazer da submissão e seu desconforto diante da liberdade, pois a submissão inverte a política. O conforto de servir traz a tranquilidade de abrir a mão da liberdade e o desconforto diante do medo de manter a autonomia. Faltam muros para tanta servidão.

A autonomia e a liberdade incomodam além da conta... A pilhagem desse desgoverno traz a

urgência de romper com o encanto e sedução imobilizadora, confusa e dispersa. Não podemos perder a capacidade de reagir, pois a mobilização ainda está em nossas mãos. Não caímos no canto da sereia do discurso da eficiência e da gestão eficaz e propositiva.

Esse é o momento de orquestrar o ritmo das lutas que de forma sincrônica rompa com as correntes do atraso. Portanto, precisamos ficar firmes para manter a coerência, em sintonia com nosso legado de luta e de resistência política ao autoritarismo. Diante desse fato, precisamos manter o discurso crítico para fora dos muros desta universidade e em nossas práticas de gestão administrativo-pedagógico, por uma questão de princípio político. Adotar critérios do mercado de produtividade, eficácia e gestão para nos ajustarmos aos critérios de educação como negócio, aluno como cliente e professor e funcionários como colaboradores, significa a negação histórica dessa universidade.

Precisamos de coragem para fortalecer as entidades de representação da comunidade universitária. Apoiar a retomada do movimento estudantil, com a reestruturação dos CAs na graduação. A renovação levou a APG a assumir a gestão já em um teste de fogo e de mobilização nacional em defesa da pesquisa universitária, frente aos cortes de bolsas das pós-graduações, que se encontram sob ameaça cotidiana. Devemos associar-nos às entidades APROPUC e AFAPUC como resistência para mobilização e luta na garantia de direitos trabalhistas e em defesa da educação. Enfim, consolidar a auto-organização das associações, CAs e participar dos órgãos democráticos dessa universidade como forma de contribuição para criar o ritmo de luta.

Precisamos de um ato de coragem para assumir publicamen-

te qual é a posição política nesta universidade frente à lógica mercantil do negócio da educação. Definir a nossa posição em relação a um modelo de educação comunitária. Precisamos de um ato de coragem que, de forma clara e transparente, defenda nosso legado e nossa tradição de pensar valores públicos, igualitários e socialmente justos.

Vivemos um momento em que a PUC precisa fazer a escolha de a qual modelo de universidade devemos nos alinhar. Afinal, somos contra as 55 PEC's do projeto Ponte para o Futuro e a contrarreforma da Previdência, contra as diretrizes desse (des)governo na (des)educação. Somos?

Apesar de semos veementes no apoio aos atos políticos "Resistir é preciso" e "Direito já", precisamos dar um passo à frente. E engrossar as trincheiras das ruas, redes sociais e salas de aulas em defesa da autonomia universitária, da liberdade de cátedra e da educação democrática. Afinal, não existe educação, direito, liberdade sem luta.

Não há terceirização do agir, decidir, participar, mobilizar e lutar, pois trata-se de mobilizar a consciência, com autonomia e liberdade. Naquele espírito latino de "Que Sí, Que No... Lo Mismo Me Da", do poeta Facundo Cabral, é que devemos despertar e golpear a porta. Não para entrar nesse jogo político de poder, mas de lutarmos para despertar o próprio prazer da luta, frente ao silenciar cúmplice do poder, pois:

*Si yo golpeo a tu puerta
no te vas a confundir,
no es para entrar que golpeo
golpeo para salir.
Que sí, que no... lo mismo me da
si el sí y el no, no alcanzan
igual
a mi libertad...
¡A mi libertad!*

Diretoria da APROPUC

Consun termina redação do novo regimento

Com a aprovação do texto do novo regimento o Conselho Universitário, em sua sessão de 25/9, terminou a redação do novo regimento da universidade. O artigo que demandou maior discussão, como não poderia deixar de ser, foi o referente ao encerramento da carreira docente, previsto no novo estatuto para os 75 anos.

Várias emendas foram propostas ao texto enviado pelo grupo de trabalho, algumas se preocupavam com a remuneração que o docente deveria receber após o seu desligamento, outras procuravam regulamentar a vida do docente que decidiu permanecer na universidade após os 75 anos, possibilidade também levantada pelo novo texto estatutário.

As discussões esbarravam, via de regra, na ausência de adoção pela instituição de uma política de complementação previdenciária, o que obriga o docente a trabalhar durante um período maior de sua vida, pois o benefício do INSS é insuficiente para suprir as suas necessidades.

A reitora Maria Amalia Andery colocou que a ausência dessas políticas era fruto da falta de discussão tanto da mantenedora, da reitoria e das entidades representativas de professores e funcionários para criar soluções para o problema. Já a professora Madalena Peixoto, da Faculdade de Educação, lembrou que foram sim tentadas negociações com os gestores. A APROPUC, por várias vezes tentou discutir a questão com a Fundasp e com as diversas reitorias. Madalena citou que em seus qua-

tro mandatos à frente da entidade tentou por várias vezes acordar uma política de complementação previdenciária, mas sem sucesso.

O assessor jurídico da Reitoria, Fabio Nunes, fez uma leitura da constituição e concluiu que o fato de o texto estabelecer a aposentadoria para o setor público aos 70 anos constituía um precedente que poderia tornar legítimo o encerramento no setor privado aos 75 anos.

Esse não foi o entendimento do departamento jurídico da APROPUC que defendeu, na época da proposição da Fundasp, que o encerramento da carreira aos 70 anos no setor público não se confunde com o encerramento no setor privado. O setor privado é regido por outros princípios constitucionais que defendem fundamentalmente a não discriminação dos diversos tipos de trabalhadores. A proibição de que o trabalhador com mais de 75 anos não exerça funções específicas também é vedado pelo artigo 7º da constituição que reza em seu parágrafo XX-XII "proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos".

Depois de uma longa discussão a reitora fez uma proposta que procurava resumir as várias redações apresentadas, garantindo ao docente que se desliga o recebimento de todos os seus direitos trabalhistas. Pelo texto aprovado o docente deverá manifestar o seu interesse em permanecer na instituição, ter avaliação positiva nos últimos 5 anos e apresentar plano de trabalho restrito a atividades acadê-

Como fica estabelecido o encerramento da carreira docente

O encerramento da carreira docente é previsto aos 75 anos, nos termos do artigo 86 do Estatuto da PUC-SP.

Ao docente que sair da PUC-SP serão garantidos todos os direitos trabalhistas;

O docente que permanecer deverá submeter-se aos seguintes critérios:

- * Demonstrar interesse em permanecer na instituição;
- * Ter avaliação positiva nos últimos 5 anos;
- * Apresentar um plano de trabalho que contemple exclusivamente a sua atividade docente;
- * A unidade a qual o docente pertence deve apresentar um plano para a renovação do quadro docente.

micas. A unidade a qual ele pertence deverá apresentar um plano para renovação do quadro docente.

REGIME DISCIPLINAR

Os artigos referentes ao regime disciplinar foram aprovados sem muita discussão referendando o texto enviado pelo Grupo de Trabalho. A exceção ficou por conta da parte referente aos estudantes, onde a representante discente da Faculdade de Ciências Sociais, Luiza Colarino, solicitou algumas modificações. Assim foi suprimido o parágrafo 4º do artigo 328 que penalizava a realização de ato atentatório à moral e aos bons costumes, por ser considerado genérico; da mesma forma suprimiu-se o parágrafo XII que criminalizava a utilização e tráfico de drogas ilícitas. O artigo deverá constar, com outra redação, em outro trecho do regimento que abarque de maneira igual, estudantes, professores e funcionários. O artigo XIII teve sua redação modificada, proibindo aos discentes "realizar eventos estudantis sem que tenha sido autorizado por órgãos competentes da instituição".

Os conselheiros consideraram o texto terminado e depois de uma adequação das modificações realizadas o regimento será enviado à aprovação do Conselho Superior da Fundasp.

APROVAÇÃO DE CURSOS

A primeira parte do Consun foi dedicada à aprovação de cursos novos e regulamentação de reformas curriculares. Assim foram aprovados os cursos de Tecnologia em Processos Gerenciais, Ciência de Dados e Inteligência Artificial, Políticas Públicas e Gestão de Práticas Inclusivas, todos da nova Faculdade de Estudos Interdisciplinares; Ciências Sócio Ambientais, da Faculdade de Ciências Sociais; Jogos Digitais da Faculdade de Ciências Matemáticas e Tecnologia. Foram aprovadas também as reformas curriculares dos cursos de Jornalismo e Filosofia, ambos da Faficla.

O Consun ainda deverá ter uma reunião extraordinária, antes da reunião de outubro, para discutir a composição dos novos departamentos.

Invasões

No último 22/9 relembrou-se mais um triste aniversário da invasão da PUC-SP. Em setembro de 1977 as tropas do coronel Erasmo Dias invadiam a universidade para desbaratar uma reunião de reconstrução da UNE, deixando um rastro de violência e autoritarismo.

Até hoje vários de nossos docentes e funcionários guardam na memória as cenas de verdadeira barbárie que aconteceram naquela data. Entretanto, também recordamos com grande orgulho da resistência da comunidade e, especialmente, de seus gestores, o grão-chanceler Paulo Evaristo Arns e a reitora Nadir Kfoury, que, de dedo em riste, enfrentou a petulância do coronel Erasmo Dias.

Passados 42 anos do infame acontecimento nos deparamos hoje com situ-

ações talvez ainda mais ameaçadoras. O governo de viés fascista de Jair Bolsonaro vem decretando guerra contra todos aqueles que se interponham em seu caminho. E a universidade, uma das principais resistências críticas do país, é um dos principais alvos da repressão encetada pelo ex-capitão. Bolsas de estudo são cortadas, Capes e CNPq ameaçados constantemente por cortes, intervenções diretas na autonomia universitária com escolha de reitores menos votados e proibição de atividades que não sigam as diretrizes governamentais.

Por outro lado, a PUC-SP enfrenta essas ameaças tendo seu tecido social esgarçado. De uma maneira diferente de 1977, hoje não encontramos uma firme união entre os gestores e a

comunidade. Desde 2006, quando a Fundasp decretou a maior intervenção na universidade a autonomia universitária se viu ameaçada. Depois da demissão de quase mil trabalhadores a PUC-SP teve que se submeter a um estatuto que restringiu de maneira drástica a sua democracia interna, criando organismos como o Consad que se sobrepuseram ao seu órgão decisório por excelência, o Conselho Universitário. A universidade teve de conviver com mandatos de reitores que não foram eleitos pela comunidade, mas guindados ao cargo pelos gestores.

No ano passado, quando da reforma estatutária, novas surpresas se colocaram à comunidade: negando a vontade dos conselheiros do Consun, o Conselho Superior da Fundasp

instaurou a (ilegal) aposentadoria aos 75 anos, dificultou com critérios esdrúxulos a continuidade dos departamentos, modificou, para pior a participação dos funcionários administrativos nos órgãos colegiados entre tantas outras modificações danosas.

Mas as assembleias que ocorreram nos últimos dias mostram que a PUC-SP não se abate: professores, estudantes e funcionários resistem a mais estas invasões de seu cotidiano e renovam o espírito de combatividade que marca a história da PUC-SP. Dias 2 e 3/10, quando as entidades educacionais marcam uma greve geral, à qual a PUC-SP já aderiu, deve se constituir em mais um marco contra o autoritarismo e em defesa da autonomia universitária.

Anita Prestes fala sobre o fascismo no Brasil na Semana de História

Na segunda-feira, 23/9, no auditório 239, aconteceu o primeiro dia da XVIII Semana de História da PUC-SP. O debate teve como tema o "Autoritarismo e Fascismo no Brasil Contemporâneo" e contou com a presença da historiadora Anita Prestes e o Prof. Antônio Rago Filho, e mediação de Beatriz Lissker.

O Brasil passa por um momento de retrocesso onde os direitos humanos e os intelectuais são desprezados, a religião e a família são usadas como forma de manipulação e a ênfase ao militarismo é cada vez mais presente. O presidente, ex-militar, discurs-

sa palavras de ódio e violência com características totalitaristas e fascistas. Mas será que o estado se tornou fascista? Segundo Anita Prestes, "não existe justificativa histórica para negar a possibilidade real do atual governo enveredar pela via crescente da 'fascistização'. De um lado a insatisfação da revolta popular com as medidas programadas: reforma da previdência, legislação trabalhista que contrariam os interesses dos trabalhadores. Do outro lado, a desorganização e a inabilidade das forças da oposição, em particular a esquerda." disse a historiadora.



Na mesa do debate, ao centro Anita Prestes à esquerda o professor Antônio Rago e à direita Beatriz Lissker.

Com a apresentação de inúmeras formas e doutrinas do fascismo, o regime atual brasileiro apresenta uma nova ofensiva do capital financeiro

internacionalizado.

Para derrubar essa alternativa são necessárias a mobilização nacional e a conscientização da classe trabalhadora.

ROLA NA RAMPA

APROPUC lança nova edição da revista PUC VIVA

Na quinta-feira, 26/09, no auditório da apPROPUC, aconteceu o lançamento da 45ª edição da revista PUC VIVA. O evento contou com a presença dos autores dos 12 artigos que compõem a revista. Com o tema "Crise na Educação", os artigos retrataram o momento atual no qual o atual governo aprofundou as carências do setor.

Os 14 autores trataram de diversos temas como: Geografia e autoritarismo no processo de regionalização chilena, Escola sem Partido, o primeiro discurso do governo sobre a

educação, movimento estudantil da PUC nos anos de chumbo, ensino privado, entre outros. A publicação contou com a edição do professor Urbano Nojosa.

Em breve a APROPUC estará lançando novos números das revistas PUCviva e Cultura Crítica. A primeira terá como tema central "Meio Ambiente", e a Cultura Crítica debaterá "Culturas de Resistência". Os artigos e resenhas devem ser enviados através do site www.apropuc.org.br até o dia 13/10, com 14 mil caracteres.



STHEFANEMATTOS

Os autores da publicação durante o lançamento da revista

Consun aprova nota em apoio ao Sínodo Amazônico

Na reunião do Consun de 25/9, foi aprovada também a redação de uma nota em apoio à realização do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica, que ocorre entre 6 e 27/10. A reitora lembrou que a universidade deve ter uma participação mais efetiva nas atividades

que envolvem o Sínodo neste mês. O diretor da FEA, Antonio Correa de Lacerda, também lembrou da realização do Encontro de Jovens Economistas, em Assis, na Itália, entre os dias 26 e 28/3/2020, no qual a PUC-SP deverá participar com a presença de estudantes da FEA.

Semana de Economia debate saídas para a crise

Entre os dias 30/9 e 03/10 acontece a XVII Semana de Economia, cujo tema geral será: Economia e Política: saídas para a crise. Entre as atividades destaca-se a palestra de abertura de Luis Carlos Bresser Pereira, no dia 30/09, às 9h. Outra mesa concorrida será "As reformas fiscais e a crise da arrecada-

ção", a ser realizada no dia 3/10, às 19h30. O evento fará uma homenagem a Chico de Oliveira, na mesa "Desigualdades sociais e perspectivas de desenvolvimento para a economia brasileira", coordenada por Norma Casseb. Maiores informações <https://www.pucsp.br/xvii-semana-de-economia-puc-sp>

Semana discute Jornalismo em Tempos de Cólera

Entre os dias 7 e 11/10 acontece mais uma Semana de Jornalismo, desta vez com o tema Jornalismo em Tempos e Cólera. A programação terá eventos nos períodos da manhã, tarde e noite, destacando-se a mesa

de terça-feira do dia 8/10, coordenada pelo professor Leonardo Sakamoto, que trará o jornalista Glenn Greenwald, que junto com Sérgio Dávila da Folha de S. Paulo e Carla Jimenez do El País discutirão a Vaza Jato.

ASSÉDIO

AUDITÓRIO 117A

MORAL 14:30 h

11 e 18/10

PALESTRANTES:

Dr. Lucineia Rosa dos Santos Doutora em Direito e Prof.ª da PUCSP nas disciplinas: Direitos Humanos, Direito da criança e adolescente, Direito sobre gênero-raça.

Sylvio Rocha-Psicólogo, formado pela PUCSP desenvolve trabalho clínico e atua como palestrante e com saúde mental do trabalhador.

Dr. Francesco Scotoni, Advogado Trabalhista formado pela USP.

AFAPUC